

Memorando nº 170/2019

Da: Divisão de Licitações

Para: Gabinete do Prefeito

Assunto: Impugnação ao edital de Concorrência Pública nº 12/2019

Trata-se de impugnação, recebida por *e-mail*, tempestivamente, formulada pela empresa **PROLUX ILUMINAÇÃO EIRELI ME**, CNPJ nº 12.593397/0001-51, contra os termos do Edital de Concorrência Pública nº 12/2019, o qual tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais elétricos.

A impugnante requer a retificação do edital, em relação ao item 4.1.1, alínea 'c', declaração que irá realizar o recolhimento e descarte adequado dos produtos inservíveis, que foram substituídos, pela respectiva contratação, conforme prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), LEI Federal nº 12.305/2010 e Decreto nº 7.404/2010, no que tange o Princípio da Logística Reversa. Somente para o fornecedor que cotar os itens 102 à 113 e 120 à 130.

Salienta que a Lei 12.305 de 02/08/2010 no seu artigo 33, itens I a VI, é muito clara quanto a esse recolhimento, vejamos o que diz:

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Visto isto, a impugnante destaca que o recolhimento para a logística reversa não se aplica aos itens que não façam parte dos itens acima, dessa forma essa solicitação para as Lâmpadas de Led (itens 102 a 109), Reatores de descarga (Itens 120 a 123), Refletores



de Led (itens 124 a 129) e Relês (item 130) não pode ser exigido, pois esses materiais não estão previstos na legislação pois não possuem nenhum tipo de produto na composição nocivo ao meio ambiente, como por exemplo, o mercúrio que está presente nas lâmpadas constantes do item V.

Ante ao exposto e, após diligência com o responsável técnico do Departamento de Meio Ambiente, recomenda-se pela **PROCEDÊNCIA** à impugnação, devendo o edital ser alterado no item impugnado.

Ao Sr. Prefeito Municipal para conhecimento e deliberação.

Carla Denise Steinhaus  
Divisão de Licitações

